



| OUTUBRO 2023 | EDIÇÃO ESPECIAL

PETRÓLEO DOS BRASILEIROS

Foto: Paulo Neves/FUP



70 ANOS DA PETROBRÁS: UMA HISTÓRIA CONSTRUÍDA PELOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

“O PETRÓLEO É NOSSO”:

Como o passado de
luta ajudou a definir
os destinos da estatal
PÁGINA 3

LINHA DO TEMPO:

Relembre os momentos
mais marcantes nesses
70 anos **PÁGINAS 4 E 5**

OLHAR NO FUTURO:

Os desafios da categoria
para o próximo ciclo
PÁGINA 6

CULTURA:

Cinco sucessos do
cinema nacional que
tiveram apoio da
Petrobrás **PÁGINA 7**



A PETROBRÁS QUE QUEREMOS SERÁ CONSTRUÍDA POR NÓS!

Resistir tem sido a sina da nossa categoria. Após 70 anos, ainda estamos aqui. Não há dúvidas: se hoje nós temos uma das maiores empresas de energia do mundo, é graças à luta de petroleiras e petroleiros que não se acovardaram diante dos avanços dos que queriam entregar a Petrobrás para o capital estrangeiro. É nosso dever olhar para a empresa que queremos construir a partir dos ombros dos gigantes que abriram caminho quando a luta de classes ainda era mato, que desbravaram e ocuparam os espaços políticos.

Comemorar 70 anos continua afirmando uma responsabilidade muito grande. Da perspectiva do tempo humano, a Petrobrás alcança uma idade de maturidade plena, mas do ponto de vista histórico, ela ainda é uma criança, que expressa suas expectativas de futuro através dos olhos dos seus trabalhadores e da população brasileira. Precisamos construir as bases para que a empresa possa brilhar em seu processo evolutivo, criar mecanismos para tirar do caminho pessoas que não se interessam pelo desenvolvimento de uma Petrobrás sólida, com olhar social e que seja agente da promoção de uma transição energética justa, sustentável e popular. Os próximos 70 anos estão apenas começando e a história que será contada precisa ser construída por cada um de nós.

PETROBRAS 70 ANOS: SEGURANÇA ENERGÉTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO

Por Mahatma Ramos*

A Petrobras não é apenas uma empresa, ela é a expressão de um processo histórico de luta política e social pela conquista e defesa da soberania e segurança energética brasileira. Seus resultados são conquistas do Brasil, desde a garantia da autossuficiência nacional em petróleo à vanguarda tecnológica que viabilizou a exploração e produção de óleo e gás em águas profundas e ultraprofundas do pré-sal. A liderança industrial e tecnológica dessa empresa é fruto da permanente luta da sociedade e da categoria petroleira na defesa desse patrimônio nacional.

A resiliência é outra marca dessa instituição desde sua criação, em outubro de 1953, até hoje. Ela está expressa nas lutas contra as tentativas de privatização nos anos 1990 e no embate contra o acelerado processo de desmonte e desnacionalização ocorrido entre 2016 e 2022, que resultou na fragilização financeira e operacional da companhia. Nesse período foram vendidos cerca de 264 ativos estratégicos à Petrobras e ao país, segundo dados do Ineep.

Apesar dos múltiplos ataques, a Petrobras segue como a maior empresa brasileira e permanece como um potente instrumento para o enfrentamento dos entraves ao desenvolvimento do setor energético nacional. O principal desafio hoje é o realinhamento das diretrizes estratégicas da companhia ao interesse nacional, a redução das desigualdades sociais e regionais e a busca pela autonomia tecnológica do país,

tal como prevê a Constituição Federal. Esses pilares estratégicos são a base para enfrentar a agenda da transição climática e energética, o maior desafio global nas próximas décadas.

A crise climática é uma realidade que se impõe e questiona a organização social, econômica, política e espacial mundial. A necessidade de descarbonização das atividades produtivas e de alterar os atuais padrões de produção e consumo são condições chave para superar a emergência climática. O Brasil, pelas características de sua matriz e potencialidades energéticas, pode exercer um papel de liderança no fomento de um processo de transição energética. E isso, sem dúvidas, passa por sua principal empresa estatal.

O futuro da Petrobrás segue sendo a “nossa energia”, mas uma energia renovável, produzida com baixa emissão de carbono, com garantia de condições de trabalho decentes e a preços justos para o consumidor brasileiro. O petróleo, seus derivados e o gás natural seguirão como insumos energéticos estratégicos à segurança energética nacional nas próximas décadas, o que não pode atrasar o avanço da companhia na descarbonização de suas atividades e no desenvolvimento de novas rotas tecnológicas. As complexidades, incertezas e riscos envolvidos ainda hoje na transição energética não devem impedir que a Petrobrás, mais uma vez, assuma uma posição de vanguarda.

*Diretor Técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), doutorando em Sociologia no PPGSA-UFRJ e membro do núcleo de pesquisa Desenvolvimento Trabalho e Ambiente (DTA-UFRJ).



SINDICATO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E DISTRITO FEDERAL. Redação: Rua Cônego Manoel Garcia, 1010 - Jardim Chapadão - Campinas (SP) - CEP: 13070037. www.sindipetrosp.org.br. E-mail: comunicacao@sindipetrosp.org.br. Jornalista responsável: Guilherme Weimann (MTb: 0091969/SP). Repórteres: Marcelo Aguilar e Vitor Peruch. Diagramação: Rangel Egídio. Impressão: Gráfica Paineiras. Tiragem: 5 mil exemplares. E-mails: sao.paulo@sindipetrosp.org.br. - campinas@sindipetrosp.org.br. - maua@sindipetrosp.org.br. Diretoria: Albérico Santos Queiroz Filho (67-9869-4561), Auzélio Alves (11- 97391-1005), Cibele Vieira (11-96860-4433), Juliano Deptula (11-96386-8855), Jorge Nascimento (19-99888-2407), Renato Felipe (11-97719-6326), Rodrigo Araújo (11-94989-9215), Steve Austin (19-97411-5996). REGIONAIS Campinas: (19) 3743-6144 Mauá: (11) 4514-3721 São Paulo: (11) 3255-0113.



“O petróleo é nosso” tomou as ruas e foi fundamental para a criação da Petrobrás

O NASCIMENTO DA PETROBRÁS

Como a luta “O Petróleo é nosso” definiu os destinos da exploração petrolífera no país e foi fundamental para a criação da Petrobrás, disputada antes de nascer

Por Marcelo Aguiar

A disputa pelo petróleo no Brasil nasceu junto com a descoberta do recurso. Desde 1939, quando aflorou no Recôncavo Baiano, o debate sobre como e quem o exploraria tomou alcance público. Por um lado, havia os que defendiam o monopólio estatal, e por outro, quem defendia a participação estrangeira. Esse debate atingiu seu auge a partir de 1947, quando o então presidente Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso Nacional o “Estatuto do Petróleo”, que permitia a participação de capitais privados estrangeiros nas atividades da indústria do petróleo.

Enquanto era discutido dentro da institucionalidade, o assunto era tratado de forma acalorada no Clube Militar, que virou palco do que é lembrado como um dos mais apaixonantes debates da história da vida política brasileira. A disputa então, era entre os nacionalistas, e os chamados “entreguistas”. Parece uma história conhecida, né? Pois é. É que essa disputa marca até hoje os destinos da Petrobrás, e teve um momento de enorme vigência após o golpe de 2016 e os ataques da Operação Lava-Jato.

Diretora do Daesp e uma das idealizadoras do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras, Marbe Cristina, afirma: “No passado, as empresas estrangeiras interessadas em nossas riquezas, diziam que o petróleo que tínhamos era pouco e que não valia a pena montar uma empresa para prospectá-lo. Usavam isso para fazer com que a opinião pública fosse contra a Petrobrás, alegando ser um ‘elefante branco’ sem função”. O discurso parece muito com o utilizado recentemente no Brasil. Cristina afirma: “Após o golpe que levou ao poder a extrema-direita, tentaram novamente colocar a opinião pública contra a Petrobrás, a companhia foi novamente bombardeada pelos liberais, que queriam sua venda, foi sucateada e só não foi efetivamente extinta por causa desses valorosos companheiros e companheiras combatentes que resistiram”.

Em 1948, os que defendiam a necessidade de uma predominância nacional na exploração do petróleo lançaram uma campanha pelo monopólio estatal do petróleo que ficaria para sempre na memória coletiva brasileira: “O Petróleo é nosso”. Essa luta ganhou amplo apoio

na sociedade, tomou as ruas e foi determinante no processo que terminou com a criação da Petrobrás.

Em 3 de outubro de 1953, após longas discussões e debates, Getúlio Vargas assinou a Lei 2.004, consolidando legalmente a criação da maior estatal brasileira: a Petrobrás. No texto final, foi instituído o monopólio estatal sobre a exploração, refino e transporte do petróleo, que foi quebrado definitivamente em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Desde os inícios da Petrobrás até hoje, muitas coisas mudaram. Mas a luta contra os entreguistas em defesa da soberania nacional permanece intacta.

Marbe Cristina o define assim: “Usam hoje argumentos para minimizar a importância da empresa, assim como fizeram antes da sua criação. Mudou o discurso, mas a finalidade é a mesma: utilizar nosso petróleo para bem deles e não nosso. Por isso, não podemos esmorecer e devemos manter vivo o lema: Defender a Petrobrás é defender o Brasil! O petróleo continua sendo nosso!”.

70 ANOS DA PETROBRÁS: UMA CRONOLOGIA DE DISPUTAS

1939

O ministro da Agricultura, Fernando Costa, anuncia a descoberta de uma jazida de petróleo em Lobato, no Recôncavo Baiano, nas redondezas de Salvador.

1963

A Petrobrás descobre em Sergipe o primeiro campo (Carmópolis) gigante do Brasil, com reserva estimada em 1,2 bilhão de barris. Trabalhadores do Sindipetro Mauá, fundado em 1960, deflagraram uma grande luta pela encampação da então Refinaria União pela Petrobrás.

1941

Descoberto o campo de Candeias, o primeiro com viabilidade comercial, também no Recôncavo Baiano.

1964

Em 13 de março, o presidente João Goulart declarou de utilidade pública e desapropriou em favor da Petrobrás as ações das companhias privadas de refino no Brasil, na prática nacionalizando as refinarias. Esse foi um argumento utilizado para justificar o golpe militar de 31 de março contra Jango, e a medida foi revogada pela ditadura no início de abril. 168 trabalhadores foram demitidos por causa da luta pela encampação em 1963.

1948

A campanha O petróleo é nosso é lançada no Rio de Janeiro, como contraponto ao Estatuto do Petróleo, do presidente Eurico Gaspar Dutra.

1968

A Petrobrás descobre o primeiro campo (Guaricema) de petróleo no mar, também em Sergipe.

1950

Nasce a primeira refinaria brasileira. No dia 17 de setembro, antes mesmo da criação da Petrobras, é inaugurada a Refinaria Nacional do Petróleo na Bahia, que a partir de 1957 seria rebatizada como Refinaria Landulpho Alves.

1972

No dia 12 de maio foi inaugurada a Refinaria de Paulínia (Replan), que viria a ser a maior refinaria do país.

1951

O presidente Getúlio Vargas envia ao Congresso o projeto de criação da Petrobrás.

1973

Eclode a *Guerra de Yom Kippur*, o que ocasiona a maior crise de petróleo da história.

1953

Aprovada a Lei 2.004, que cria a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás e institui o monopólio estatal de exploração, refino e transporte de petróleo.

1975

O presidente Ernesto Geisel institui a modalidade "contratos de risco", ferindo a Lei 2.004 e concedendo 80% da área das bacias brasileiras à iniciativa privada nos anos seguintes.

1954

Em 18 de dezembro começou suas operações a Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá, que seria incorporada à Petrobrás em 1974.

1984

Petrobrás descobre o Campo de Albacora, na Bacia de Campos, com reservas de 1,8 bilhão de barris. No mesmo ano, 37 trabalhadores morrem em um incêndio na plataforma Enchova.

1983

A greve que desafiou a ditadura e marcou para sempre a luta petroleira. A categoria desafiou a Lei de Segurança Nacional, parando a produção na REPLAN (SP) e na RLAM (BA). A pauta de reivindicações era essencialmente política contra o arrocho salarial, à manipulação do INPC, o Decreto-Lei 2.036, o entreguismo governamental e o acordo com o FMI.

1985

Petrobrás descobre o campo de Marlim, também na Bacia de Campos, com reservas de 2,7 bilhões de barris.

1995

O Congresso promulga a Emenda Constitucional 9, que põe fim ao monopólio do petróleo. No dia 3 de maio, os petroleiros iniciaram uma greve que durou 32 dias, a maior da história petroleira, em luta contra as privatizações e os ataques contra os direitos da categoria.

1996

Petrobrás descobre o Campo de Roncador, na Bacia de Campos, com reservas de 3,7 bilhões de barris.

1997

O presidente FHC sanciona a Lei do Petróleo, que abre o mercado para a iniciativa privada.

2001

Explode e afunda a Plataforma P-36, no Campo de Roncador, matando 11 petroleiros. No mesmo ano, a Petrobrás realiza a primeira descoberta no pré-sal.

2006

Brasil atinge a autossuficiência em petróleo.

2008

A então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anuncia ao mundo o potencial do Campo de Tupi, do pré-sal, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris.

2010

O presidente Lula aprova a Lei da Partilha, que estipulava a exclusividade da Petrobrás como operadora na exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de a estatal participar com pelo menos 30% nos consórcios, além de criar a Petro-Sal e o Fundo Social.

2014

O Ministério Público Federal instaura a Operação Lava Jato.

2016

A presidente Dilma Rousseff sofre impeachment, dando lugar a Michel Temer. No mesmo ano, a Petrobrás instaura o Preço de Paridade de Importação (PPI) como metodologia para definir o preço dos combustíveis vendidos nas refinarias e o governo retira a Petrobrás como operadora exclusiva do Pré-sal.

2017

O governo Temer inicia o processo de privatização da BR Distribuidora.

2019

O presidente Jair Bolsonaro afirma que estuda privatizar a Petrobrás.

2020

Petroleiros realizam uma das maiores greves da categoria, com 20 dias de paralisação em todo o país, contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná.

2021

O governo Bolsonaro privatiza a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), localizada na região metropolitana de Salvador (BA).

2022

A Petrobrás distribui R\$ 194,6 bilhões em dividendos, superando a soma de todas as outras empresas listadas na Bolsa de Valores do país. A Refineria de Manaus (Reman) é privatizada.

2023

Lula retira a Petrobrás da lista de privatização e a coloca no centro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Inspirado no artigo *Pré-sal: Maldição ou Redenção*, de Marco Antônio Pinheiro Machado, publicado no livro *A Petrobrás Fatiada*.



O coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar, aponta nesta entrevista os desafios da Petrobrás e da categoria

OLHANDO PARA O FUTURO

A reportagem dialogou com Deyvid Bacelar, Coordenador-Geral da FUP, sobre as perspectivas da empresa e seus trabalhadores e trabalhadoras nos próximos anos

Por Vitor Peruch

Completando sete décadas de história, a Petrobrás enfrenta um momento crucial em sua trajetória. É momento de olhar tanto para o passado quanto para o futuro, avaliando os desafios que marcaram sua jornada e as prioridades que delineiam a reconstrução da empresa. Nesse contexto, destacam-se temas cruciais, como a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, a reestatização de ativos perdidos desde 2016, e a busca por uma transição energética justa. Para entender como esses elementos se entrelaçam no caminho que a Petrobrás está trilhando, conversamos com o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, que compartilhou suas perspectivas e preocupações sobre a empresa e o setor energético.

SUPERANDO O PASSADO E OLHANDO PARA O FUTURO

Segundo Bacelar, a Petrobrás “não apenas pode, mas deve superar os impactos dos governos Temer e Bolsonaro avançando em relação aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que foram retirados ao longo desses anos”. O coordenador enfatiza a importância de um planejamento maior: “Há uma necessidade de um novo planejamento estratégico que vislumbre a companhia para além dos quatro anos que são determinados no plano de negócios da gestão. Na época do Gabrielli [Sérgio, presidente da Companhia entre 2005 e 2012], tinha um planejamento estratégico de dez anos e está mais do que na hora da empresa voltar a fazer isso”. Bacelar aponta outro desafio importante, a mudança na mentalidade dos gestores: “Houve uma mudança na gestão da empresa, só que

ela foi pouca diante da quantidade de gestores que continuaram, oriundos ainda dos governos Temer e Bolsonaro, com mentalidade ligada aos governos passados”.

PAPEL DA CATEGORIA NA RECONSTRUÇÃO

A categoria petroleira sofreu muito os impactos do entreguismo instalado na empresa desde 2016: “Fomos atacados demais, tivemos direitos retirados, com as privatizações, muitos optaram pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV), tivemos cerca de 40 mil pessoas saindo da Petrobrás nesses 7 anos e os que ficaram foram sobrecarregados com uma maior quantidade de atividades, tanto em áreas operacionais como administrativas, e isso faz com que você perceba vários problemas de saúde mental, não só por conta disso, mas também por conta do assédio da gestão que tentou arrancar o máximo do mínimo de pessoas”. Para Bacelar, a categoria deve desempenhar um papel crucial na reconstrução da Petrobrás, mas para isso é necessário que os trabalhadores e trabalhadoras sejam valorizados.

REESTATIZAÇÃO DE ATIVOS

A FUP é fortemente contrária à privatização de ativos e apoia a reestatização daqueles que foram vendidos nos governos Temer e Bolsonaro. Ele ainda aponta que esse desmantelamento impactou a saúde mental de diversos trabalhadores e trabalhadoras e pode ter causado suicídios entre a categoria. “Muitos trabalhadores foram transferidos de forma compulsória, sem qualquer tipo de negociação com as pessoas e muito menos com os sindicatos. Um processo

traumático que tem levado a morte de algumas pessoas, e que chegou a atingir a marca de quase um suicídio por mês, todos de pessoas transferidas para outros estados”, aponta.

DESAFIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A transição energética é um desafio global, e a Petrobrás não é a exceção. Mas Bacelar afirma: “Há perguntas que ainda não foram respondidas. Como é que ficam os trabalhadores nisso? Estão sendo treinados? Aqueles que foram transferidos voltarão? E as comunidades que serão afetadas por essas atividades? Há algum tipo de diálogo com elas? Os movimentos sociais, os sindicatos e a FUP estão sendo ouvidos?”. Para Bacelar é fundamental desenvolver tecnologias nacionais em energias renováveis para não depender de outros países na transição. Ele enfatiza ainda a importância de que a Transição Energética seja uma transição justa, construída em diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras.

CONFIRA A ENTREVISTA COMPLETA ATRAVÉS DO QR CODE:



5 GRANDES FILMES BRASILEIROS FINANCIADOS PELA PETROBRÁS

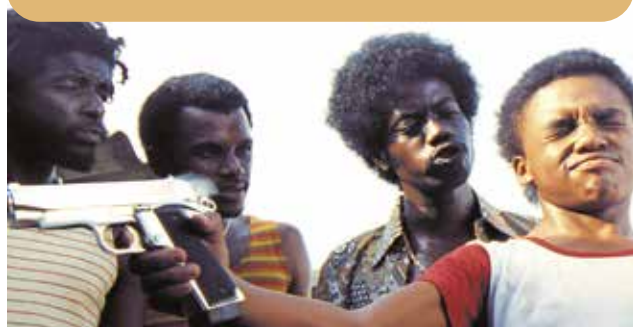
Como principal indutora da cultura brasileira, a estatal financiou centenas de filmes, dentre eles alguns dos mais importantes da história do cinema nacional

Por Marcelo Aguilar

No cinema ou em casa, quem assiste cinema brasileiro não esquece. A logo da Petrobrás costumava aparecer nas telas logo antes dos filmes começarem, pois a estatal tinha a cultura como prioridade, e contribuiu no financiamento de diversas peças brasileiras, várias delas que levaram a imagem do cinema brasileiro e da própria empresa mundo afora. Antes do golpe contra Dilma Rousseff em 2016, o investimento no setor era robusto, fazendo da estatal a maior promotora da cultura no Brasil. Seleccionamos cinco grandes filmes para você assistir pela primeira vez ou ver de novo no aniversário de 70 anos da empresa.

CONFIRA

“CIDADE DE DEUS” (2002)



Fernando Meirelles e Kátia Lund

Considerado um dos maiores filmes brasileiros de todos os tempos, o longa financiado pela Petrobrás teve sucesso mundial, mostrando de forma inovadora a crueldade da ausência de oportunidades nas favelas cariocas, que abrem espaço para o avanço do tráfico de drogas na comunidade. O filme foi indicado em quatro categorias para o prêmio Oscar em 2004.

“O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?” (1997)



Bruno Barreto

O longa, baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, é sem dúvidas um dos melhores filmes sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Narra o sequestro do embaixador americano por parte de guerrilheiros, com um grande elenco e com atuação brilhante de Fernanda Torres. O filme foi indicado ao Óscar de melhor filme estrangeiro em 1998.

“COMO NOSSOS PAIS” (2017)



Laís Bodanzky

O filme conta a história de Rosa, interpretada pela atriz Maria Ribeiro, que vive um momento em que sua vida amorosa, familiar e profissional é colocada em xeque. A personagem, por volta dos seus 40 anos, passa por uma transformação através de acontecimentos que fazem ruir as estruturas tradicionais que a rodeiam. O filme, que contou com recursos do Programa Petrobrás Cultural, venceu o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro de melhor direção e melhor atuação em 2018.

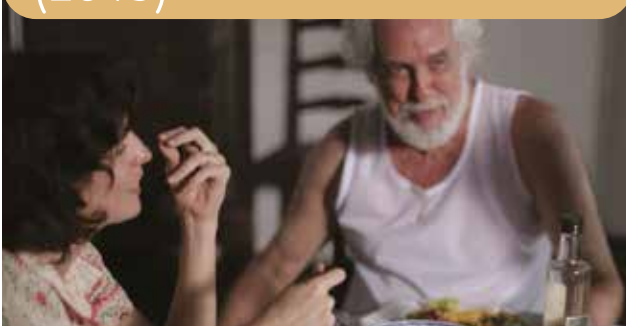
“CARANDIRU” (2003)



Héctor Babenco

O filme, inspirado pelo livro Estação Carandiru do médico Drauzio Varella, conta a história do massacre perpetrado pela Polícia Militar de São Paulo na penitenciária paulista, em 1992. Mas não só. Carandiru conta, através da relação estabelecida pelo médico (Drauzio Varella), diversas histórias de vida, derrotas, sonhos e esperanças dentro do presídio. A história termina mal, como sabemos, mas vale muito a pena assistir essa grande obra do cinema nacional.

“O SOM AO REDOR” (2013)



Kléber Mendonça Filho

Grande filme do renomado cineasta pernambucano. A rotina de um bairro muda após a chegada de um grupo de segurança privada que mais parece uma milícia. Com um desenho sonoro impactante, o longa é uma potente metáfora das diferenças sociais e das misérias cotidianas da classe média, mas sobretudo da tensão e a paranoia gerada pelo medo usado como estratégia.



ATO NACIONAL
3 . OUTUBRO





Plebiscito sobre privatizações no estado de São Paulo foi prorrogado e ocorrerá até o dia 5 de novembro

GOVERNO LULA CANCELA PRIVATIZAÇÕES DA PETROBRÁS E OUTRAS ESTATAIS

Ação tomada no segundo dia de mandato, trouxe esperança de soberania e pôs fim a política entreguista do governo anterior

Por Vitor Peruch

No início de seu mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou uma decisão que reverberará na política econômica do Brasil: o cancelamento de oito privatizações em andamento, incluindo a Petrobrás, uma das empresas mais estratégicas e importantes para a economia brasileira. A ação, datada de 2 de janeiro, logo após assumir seu mandato, marcou um ponto de virada nas políticas de desestatização que vinham sendo implementadas desde o golpe de 2016.

O governo anterior conseguiu avançar no processo de privatização de várias estatais, nocivas aos interesses do povo brasileiro, amplamente rejeitados e enfrentados pela categoria petroleira e demais movimentos populares. No entanto, a chegada de Lula à

presidência trouxe uma mudança significativa nesse cenário. Nesse momento, o presidente já retirou um total de dez companhias de programas de desestatização e ainda questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) a venda da Eletrobrás.

A Petrobrás, enquanto a principal entidade estatal do país, viu seu percurso passar por uma transformação após a ascensão de Lula à presidência. O ex-senador Jean Paul Prates assumiu a presidência da corporação e adotou uma nova política de precificação dos combustíveis, dando fim ao Preço de Paridade de Importação (PPI), que alinhava os valores dos combustíveis comercializados no território brasileiro com as cotações internacionais e incluía custos de importação. A política tinha sido adotada em 2016 pelo governo Temer.

Além da Petrobrás, outras estatais que tiveram seus planos de privatização cancelados incluem a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, os Correios, a Dataprev, o Serpro, a Ceitec, a Telebras, a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) e a Eletrobras. “Esse movimento demonstra o compromisso do presidente Lula em fortalecer a Petrobrás e promover a soberania nacional, com a estatal desempenhando um papel central nesse esforço de resgate e renovação”, destacou a coordenadora geral do Sindipetro Unificado, Cibele Vieira.

Além disso, Lula já tem afirmado que quer o fim da venda de ativos da Petrobrás. O Presidente reconhece que há “briga jurídica” em contratos já assinados pela petroleira, mas aposta em negociações políticas para anulá-los.

PLEBISCITO POPULAR LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS EM SÃO PAULO

Governo Tarcísio tenta entregar ao mercado empresas de serviços essenciais; movimentos lutam contra

Por Vitor Peruch

Enquanto o governo federal trilha o caminho da reconstrução nacional e o fortalecimento das empresas estatais como indutoras do desenvolvimento nacional, em São Paulo, o governo Tarcísio caminha no sentido contrário. O ex-ministro de Bolsonaro, atualmente uma das principais apostas da direita brasileira, busca avançar num plano de privatizações que tem como alvo empresas de serviços essenciais, como a companhia de água e esgoto Sabesp, a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e o Metrô. Nesse contexto, centrais sindicais e movimentos sociais uniram forças para realizar

um Plebiscito Popular, com o objetivo de alertar a população e consultar a opinião pública sobre a privatização.

O Plebiscito Popular teve início em 5 de setembro e continuará até 5 de novembro. Para conhecer os locais de votação, os interessados podem acessar o QR Code ao final desta matéria. Essa iniciativa representa uma colaboração unificada das entidades que representam os trabalhadores da Sabesp, CPTM e Metrô, envolvendo todas as principais centrais sindicais, parlamentares e diversos movimentos e organizações sociais comprometidos com a

defesa dos serviços públicos.

O plebiscito está sendo conduzido por meio da coleta de votos, com cédulas físicas distribuídas em várias áreas de São Paulo, abrangendo a capital, regiões metropolitanas e o interior do estado. A população está sendo convocada a participar ativamente desse processo democrático para expressar sua posição sobre a privatização desses serviços essenciais, que têm impacto direto na vida de milhões de cidadãos do estado de São Paulo, e o Sindipetro Unificado enfatiza a importância da participação de sua base.